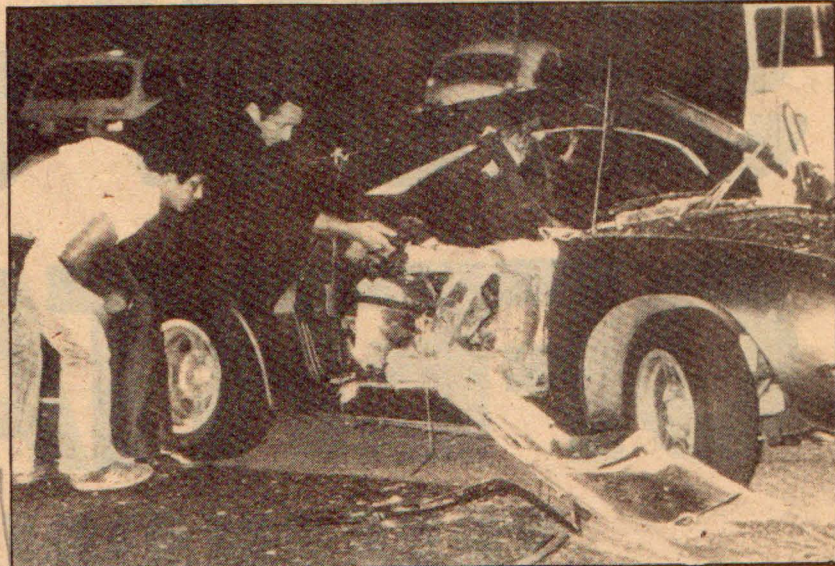


Livro do coronel Dickson acusa Doi-Codi por explosão no Riocentro

MARIA INÊS NASSIF

Repórter da Sucursal do Rio

Banco de Dados - Maio 81



Riocentro: o plano, segundo o livro, era provocar pânico em 30 mil pessoas

A explosão no Riocentro, que matou o sargento Guilherme Pereira do Rosário e feriu gravemente o capitão Wilson Luiz Chaves Machado, no dia primeiro de maio de 1981, foi um "acidente de trabalho" que frustrou uma operação planejada pelo Doi-Codi, para provocar um acidente de graves proporções no local onde trinta mil pessoas assistiam um show em comemoração ao Dia do Trabalhador, promovido pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade). A operação consistia em causar o pânico, através da explosão da casa de luz, que seria ampliado devido ao bloqueio dos portões de saída.

Essa é a conclusão do livro "Aventura, Corrupção, Terrorismo — A Sombra da Impunidade" (142 pag., CR\$ 7.900, Editora Vozes) de autoria do coronel Dickson Melges Graef, que será lançado esta semana. Participante ativo do movimento de 64, oficial da Inteligência do Exército, Dickson relata três episódios em que teve participação direta ou indireta: o caso Riocentro, a operação de invasão do Uruguai, planejada em 1971 pelo Exército brasileiro, e o "relatório Saraiva" — a denúncia do coronel Raimundo Saraiva Martins contra o ex-ministro Delfim Netto, que teria recebido "elevadas propinas em transações efetuadas entre o governo brasileiro e fornecedores franceses".

Riocentro

No caso Riocentro, o coronel Dickson (então na reserva), demitido do cargo de Chefe de Segurança daquele centro de exposições dias antes da explosão, acrescentou algumas informações sobre a participação dos órgãos de informação no episódio, e sobre as tentativas de encobrimento do caso pelo Exército. Ele revela ter sido procurado pelo coronel Luiz Antonio do Prado Ribeiro, primeiro encarregado do inquérito do Riocentro, posteriormente afastado alegando problemas de saúde, e substituído pelo coronel Job Lorena de Sant'Anna. "Nas várias vezes que estive com seus chefes imediatos — general Armando Patrício e o comandante do 1º Exército, Gentil Marcondes Filho — as instruções que recebia eram para que 'investigasse' na linha de um atentado perpetrado por terroristas de esquerda", conta Dickson.

O coronel cita ainda, em seu livro, informações "de uma entidade militar de grande responsabilidade funcional na Comunidade de Informações" sobre a operação. "Durante uma semana antes do evento, a Equipe Falcão, sob o comando do 'Dr. Charles' (capitão Wilson Machado) treinou as fases da operação

no sítio do "Manuel Português"... Por ser um lugar êrmo e bastante extenso, era ideal para os exercícios. 'Wagner' (sargento Rosário) era o encerrado de espoletar as cargas, pois era especializado em explosivos na Escola de Instrução Especializada", conta Dickson, baseado nas informações da "entidade militar".

"Foram constituídas quatro turmas, cada uma com três homens, usando quatro automóveis (...). O chefe da equipe e o espoletador usariam o carro Puma (...). Havia ainda o pessoal de cobertura, que se dirigiria para o Riocentro antes do início do show, sob o comando do 'Dr. Sidney' (capitão Souza Pinto, chefe da Seção de Levantamentos Sigilosos). Entre vários outros, participaram da operação os agentes 'Soares' (sargento Henrique), 'Hélio' (soldado PM Hiroito Ferreira), 'Dr. Navarro' (tenente PM Sá), 'Lima' (sargento Pedro) e 'Luiz' (cabo Diogo). O chefe do órgão era o tenente-coronel Júlio Miguel Molina, chefe do (Doi-Codi), cujo superior imediato era o coronel Leo Cinelli (chefe da 2ª Seção do 1º Exército)", diz o livro. Ainda segundo o autor, a agente "Cintia" (Ângela Capiobiango, coordenadora geral do evento) foi encarregada de "bloquear" os portões do pavilhão do Riocentro.

Invasão do Uruguai

Na chefia da 2ª Seção (Inteligência) da 2ª Divisão de Cavalaria, subordinada ao 3º Exército, e posteriormente no comando do 22º Grupo de Artilharia de Campanha, o coronel Dickson foi informado do andamento dos preparativos para a operação do Uruguai pelo Exército brasileiro, em 1971, que ocorreria na hipótese de a Frente Ampla — coligação de partidos de esquerda — ganhar as eleições

do dia 28 de novembro daquele ano. Capítulo pouco rico em detalhes, de qualquer forma é o testemunho pessoal de um oficial, que afirma: o plano existiu e "as unidades estavam em ponto-de-partida para deslocamento em direção à fronteira" nas vésperas das eleições que derrotaram a Frente Ampla.

Segundo o coronel, a operação, planejada pelo 3º Exército, não contou com a participação da Marinha e da Aeronáutica — seus chefes não foram informados oficialmente sobre o plano, embora sua execução dependesse da ajuda de helicópteros. Outro episódio relatado no livro estabelece alguma relação entre a operação e o Exército americano: como chefe da 2ª Seção, Dickson acompanhou o adido militar dos Estados Unidos, general Arthur Moura, em um passeio pelo rio Uruguai, onde o militar americano fotografou um acampamento da Frente Ampla, do outro lado do rio.

Revela ainda que o governo brasileiro, através do Serviço Nacional de Informações, prestou ajuda às organizações anticomunistas uruguaias que se contrapunham ao grupo Tupamaro, esquerdista. Ele cita um relato do adido militar do Brasil no Uruguai na época, coronel Leuzinger Marques Lima. O adido se confessa o autor da idéia de ajudar os grupos de direita e afirma que voltou a Montevideu levando explosivos, posteriormente utilizados, pela polícia, para destruir células do PC.

Com relação ao "relatório Saraiva", Dickson pouco acrescenta ao que se tornou público com as denúncias de parlamentares, da ex-funcionária da embaixada inglesa, Marisa Tupinambá, e as revelações da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Dívida Externa.